

A religião popular como resistência à opressão coronelística e ao descaso clerical oficial: realidade de determinados espaços dos sertões nordestinos na Primeira República

JOSÉ FERREIRA JÚNIOR*

JANAINA FREIRE DOS SANTOS**

Resumo: Neste texto se propõe discussão acerca do conflito existente entre os chamados movimentos messiânicos contestatórios e a parceria realizada pela elite proprietária de terras e clériga cristã católica oficial. Para sua construção se lançou mão de pesquisa qualitativa e exploratória, utilizando-se de revisão bibliográfica, obras que tratam da temática discutida. Percebeu-se que os movimentos religiosos católicos populares eram mais que heresias, como queria fazer crer o clero católico oficial. Tratava-se de movimento organizado, possuidor de liderança eficaz, capaz de desorganizar a funcionalidade dos latifúndios coronelísticos, nos Sertões nordestinos, quando da temporalidade da Primeira República ou República das Oligarquias, no Brasil.

Palavras-chave: Movimentos messiânicos contestatórios; Clero católico oficial; Elite latifundiária;

Popular religion as resistance to coronelistic oppression and official clerical disregard: reality of certain spaces in the northeast history in the First Republic

Abstract: This text proposes a discussion about the conflict between the so-called contestatory messianic movements and the partnership carried out by the landowning elite and official Catholic Christian clergy. For its construction, qualitative and exploratory research was used, using a bibliographical review, works that deal with the topic discussed. It was realized that popular Catholic religious movements were more than heresies, as the official Catholic clergy wanted to believe. It was an organized movement, possessing effective leadership, capable of disorganizing the functionality of coronelistic large estates, in the northeastern Sertões, during the temporality of the First Republic or Republic of Oligarchies, in Brazil.

Key words: Contestant messianic movements; Official Catholic clergy; Landowning elite;



* JOSÉ FERREIRA JÚNIOR é Pós-Doutor, Doutor e Mestre em Ciências Sociais (UFCG); Mestre em Ensino de História (URCA / UFRJ); doutorando em História da Cultura Regional (UFRPE).



** JANAINA FREIRE DOS SANTOS é Doutora e Mestre em Ciências Sociais (UFCG).

Introdução

O período de tempo que vai da proclamação da República ao que se convencionou chamar Revolução de 1930 é nomenclaturado pela historiografia como República Velha ou Primeira República. Nessa temporalidade, ou seja, de 1889 a 1930, os Sertões nordestinos, em algumas partes de sua espacialidade, foram palcos de ocorrência de movimentos místicos, liderados por sujeitos tidos como possuidores de carisma, cujos discursos, endereçados ao homem catingueiro, mesclavam contestação à ordem vigente com promessas de “futuro diferente” do presente vivenciado.

O “futuro” prometido traria consigo o acesso a terra, o usufruto equitativo do que nela fosse produzido e a prática de religiosidade sem as amarras da religião oficial. Tratava-se de contestação à ordem vigente, tanto política quanto religiosa, e, com ela, a instituição da desordem da produção nos latifúndios coronelísticos, bem como na desautorização do clero oficial no referente à ministração das “coisas dos céus” à massa trabalhadora explorada. Dizimar essa resistência se fazia necessário ao retorno da ordem que satisfazia ao conúbio coronel e clero oficial.

A problemática onde se embasa a discussão aqui empreendida é a seguinte: Qual a função da religião nas ações messiânicas ocorridas nos sertões nordestinos, quando da temporalidade da chamada República Velha ou Primeira República? Seriam os movimentos messiânicos esvaziados de ideologia e, por conseguinte meramente ações de fanáticos? Diante desses questionamentos, este artigo promove discussão sobre o embate existente entre os chamados movimentos messiânicos

contestatórios e a parceria vivenciada pela elite terratenente e clériga católica oficial.

O texto resulta de pesquisa qualitativa e exploratória, sendo usado referencial bibliográfico que aborda a temática investigada. No referente a sua divisão, este artigo possui três seções, que de maneira resumida apresentam-se como segue abaixo:

Na primeira, “Exploração e desatenção espiritual: realidade de grande parte das massas sertanejas nordestinas, na República Velha brasileira”, é apresentado o cenário sertanejo nordestino relativo à chamada República Velha ou Primeira República (1889 a 1930), onde havia, por parte da elite latifundiária, exploração e, por parte da igreja católica oficial, desatenção espiritual, relacionadas à grande parte das massas de trabalhadores rurais;

Na segunda, “Messianismo: gênese do termo e elementos caracterizadores”, é mostrada a sociedade hebraica como nascedouro da prática messiânica e, por conseguinte do termo messianismo, bem como as características e o protagonismo dessa prática, quando levados são em conta os sertões nordestinos brasileiros;

Na terceira, “O discurso messiânico como resistência à exploração coronelística e ao descaso espiritual clerical oficial”, busca-se mostrar a contestação, tanto discursiva quanto prática, feita pelas lideranças messiânicas sertanejas nordestinas à exploração imposta pelos coronéis latifundiários e ao descaso espiritual do clero oficial, destinados à grande parte das massas de trabalhadores rurais, quando da chamada República Velha ou Primeira República.

Entendemos ser importante a discussão aqui travada, visto que, de maneira recorrente é dito terem sido os movimentos messiânicos ocorridos na chamada República Velha brasileira, tendo como palco os sertões nordestinos, meramente ações de fanáticos praticantes de heresias, como afirmava o discurso clerical cristão católico oficial, ou ainda, meros devaneios monarquistas, como dizia a elite latifundiária coronelística. A discussão aqui feita, embasada em literatura que trata do tema, leva o leitor a empreender reflexão acerca do messianismo sertanejo nordestino que promova superação a esse lugar comum, porquanto o verá como sendo movimento rural possuidor de liderança, objetivo e estratégia para alcançar o objetivado.

Exploração e desatenção espiritual: realidade de grande parte das massas sertanejas nordestinas na República Velha brasileira

É recorrente na historiografia que trata da República Velha ou Primeira República (1889-1930) considerar essa temporalidade como sendo “a República dos coronéis em referência aos coronéis da antiga Guarda Nacional, que eram em sua maioria proprietários rurais, com uma base local de poder” (FAUSTO, 2002).

Assim considerado, verifica-se a existência do coronelismo, instituição que se fazia representada principalmente pela elite dona de terras, mas que também tinha as cidades como espaço de atuação. De modo geral, Fausto (2002) define o coronelismo da seguinte maneira:

O coronelismo representou uma variante de uma relação sociopolítica mais geral – o clientelismo –, existente tanto no campo quanto nas cidades. Essa

relação resultava da desigualdade social, da impossibilidade dos cidadãos efetivarem seus direitos, da precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do Estado, da inexistência de uma carreira no serviço público.

Convém esclarecer que a radiografia histórica feita pelo teórico citado não teve na espacialidade temporal republicana a sua construção. Tratava-se de continuidade de algo construído e vigente desde o período colonial e que experimentou robustez no Período Regencial, com a criação da Guarda Nacional, em 1831, pelo Ministro da Justiça, padre Diego Feijó.¹

Todavia, não obstante não ter sido a República o berço do coronelismo, será o momento histórico propício à sua existência, uma vez que, de acordo com Fausto (2002), “a República criou condições para que os chefes políticos locais concentrassem maior soma de poder”. Fato é que o coronel estava na base do sistema oligárquico, fazia-se peça de suma importância na movimentação da engrenagem republicana daqueles idos, visto que estabelecia controle de um território, construindo nele o seu curral eleitoral,

¹ A Guarda Nacional era uma força armada formada pela elite. Seus membros eram todos cidadãos com direito a voto e assim obteriam a dispensa de servir ao Exército. Não recebiam pagamento e eram responsáveis pelo próprio uniforme. O governo tinha a incumbência de fornecer armas e instrução. Era subordinada ao Juiz de Paz, em seguida ao Juiz de Direito, ao Presidente de Província, e finalmente, ao Ministro da Justiça. A maior patente que um civil poderia alcançar era a de Coronel e o título ficou reservado aos grandes proprietários de cada região. Desta maneira, a Guarda Nacional vai gerar o fenômeno do “coronelismo” que tanto marcará a política brasileira. Foi extinta em 1922, pelo presidente Artur Bernardes. Disponível em <<https://www.todamateria.com.br/guarda-nacional/>>

de onde eram provenientes os votos que elegeriam os políticos previamente determinados para serem eleitos.

A importância que exercia no sistema veterorepublicano fazia do coronel um sujeito histórico sobre o qual não recaíam penalizações, ou seja, gozava de impunibilidade, independente do ato que praticasse e, no referente ao exercício de poder, em seu território era onipotente, conforme atesta Carone (1988), citado por Fortunato (2008):

O coronel exerce uma série de funções que o fazem temido e obedecido, o que ele deve aos seus dotes pessoais e não ideológicos. É o chefe do Clã, título que engloba não só a família, mas também o cabroal que vive em função do seu prestígio, da sua força, do seu dinheiro. Aos agregados ele dispensa favores: dá-lhes terras, tira-os da cadeia e ajuda-os quando doente; em compensação exige fidelidade, serviços, permanência infinita em suas terras, participação nos grupos armados. Aos familiares e amigos ele distribui empregos públicos, empresta dinheiro, obtém créditos; protege-os das autoridades policiais e jurídicas. É o juiz, pois obrigatoriamente é ouvido a respeito de questões de terras e até de casos de fuga de moças solteiras. É comerciante e agricultor, porque produz e serve de intermediário entre o produtor e o mercado, jogando com os maiores recursos financeiros e representando a potência econômica fundamental do município. É homem de fé, pois é quem anima as festas religiosas e as oficializa. É hospitaleiro com os de fora e os do lugar, sendo sua casa e mesa abrigos seguros para todos que o procuram.

Percebe-se, atentamente observando o contido no fragmento textual acima, que a figura do coronel é o poder encarnado, que se manifesta divorciado de qualquer

controle, trata-se de um “poder sem peias, capaz de proteger, julgar, e resolver todas as questões de ordem pessoal que surgirem em seus domínios” (FORTUNATO, 2008).

Justaposto ao coronelismo havia, no momento histórico em discussão, a instituição religiosa, a Igreja cristã em sua faceta católica. Esta, com o advento da República deixava de gozar as benesses do padroado e, somado a isso, vivenciava o processo de romanização do catolicismo brasileiro que, segundo Hoornaert (1997), “combate sobretudo o tradicional caráter lusitano leigo do mundo devocional, do qual a atuação de beatos e beatas era uma das características mais marcantes”. A romanização do catolicismo brasileiro significa uma nova europeização da Igreja Católica, visto que, de acordo com Hoornaert (*Idem*): “penetram no país nada menos que 39 congregações masculinas de origem europeia, assim como 109 femininas. Liquidam-se as irmandades leigas em benefício de associações religiosas controladas pelo clero”.

Esses dois sujeitos históricos atuam ladeados infligindo dores à população campestre sertaneja nordestina. O coronel fazendo exercer seu mandonismo e nele, protagonizando toda sorte de quereres que o satisfizesse e, a Igreja Católica, por sua vez, além de se revelar antipática ao povo, porquanto desconstruía práticas e costumes religiosos do catolicismo popular, calava-se diante das atrocidades cometidas pelo coronel, esquivando-se, dessa forma, do exercício de parte de seu papel no mundo, a profecia que, dentre outras coisas, promovia denúncia das injustiças. Assim, coronel e clero oficial faziam existir sinistro conúbio.

O homem sertanejo, principalmente o campônio, via-se em total desassossego e, conseqüentemente desesperança. Nesse contexto, a religião exercia papel de significância relevante, uma vez que, para grande parte da massa habitante da caatinga era a maneira quase que exclusiva de obtenção de consciência do mundo. Acerca disso, afirma Arruda (1993):

Nesse universo social, a moral, a educação, a política, enfim, quase todos os setores e instituições sociais tinham um conteúdo marcadamente teológico. Era uma realidade sociocultural onde a religião povoava o inconsciente coletivo, possuindo, inclusive, funções pragmáticas, quando doenças, irregularidades pluviométricas e até mesmo questões existenciais eram servidas via esfera sobrenatural.

Percebe-se ser o universo sertanejo catingueiro perpassado marcadamente pela presença do mágico, do sobrenatural, podendo ser comparado ao mundo mítico, vivenciado pelo primitivismo humano, onde tudo se explicava pela religião (BORGES, 2006). Tratava-se de uma realidade vivenciadora de uma espécie de encantamento, que talvez possa ser explicada pela inexistência de condições materiais favoráveis ao desenvolvimento intelectual da mesma, ou seja, pelo descaso existente por parte dos governantes em relação às massas habitantes da caatinga, remontando ao tempo de ocupação do espaço chamado Sertão.

Diante desse quadro, a religiosidade achava espaço largo para se alojar, uma vez que, “no nível cultural de desenvolvimento em que se encontravam as populações rurais, mergulhadas no quase completo analfabetismo e no obscurantismo, a sua

ideologia só podia ter um cunho religioso, místico, que se convencionou chamar de fanatismo” (FACÓ, 1983). Assim, por conta da ideologia religiosa vivenciada, as massas sertanejas não se diferenciavam de qualquer outro grupo humano que experimentasse uma ideologia, ou seja, o mundo externo era-lhe apreendido pela ótica religiosa. Desse modo, a roupagem religiosa vestia suas convicções, seus interesses e, principalmente seus anseios de libertação.

Messianismo: gênese do termo e elementos caracterizadores

Historicamente considerando, pode-se afirmar ser o messianismo um legado da civilização hebraica, visto que nos discursos dos profetas hebreus, existentes em O Antigo Testamento², principalmente no proferido pelo profeta Isaías, revela-se claramente a crença hebraica em um enviado divino, um ungido, um Messias, que adentraria o mundo dos homens de forma miraculosa: “portanto o Senhor mesmo vos dará um sinal; eis que uma virgem conceberá, e dará à luz um filho, e será o seu nome Emanuel” (ALMEIDA, 2000).

A nomenclatura Emanuel era, para os hebreus, muito mais que um mero substantivo próprio, visto que, em hebraico quer dizer “Deus conosco”, fato que denuncia características de divindade presentes no ser profeticamente anunciado, cerca de setecentos anos antes do seu nascimento³. A promessa da vinda de um “Messias”, que literalmente significa “ungido” fazia parte da crença hebraica, que conferia tal promessa a

² Primeira parte da Bíblia, é composto por 39 livros tidos como inspirados;

³ Aqui considerando ser Jesus Cristo o Messias, fato que é contestado pelos hebreus ortodoxos;

Iavé⁴, tido pelos hebreus como o único e verdadeiro Deus.

Definida a gênese do termo, necessário se faz perguntar: O que caracteriza o messianismo? Ferreira (2000) atesta que messianismo é “a crença na intervenção de ocorrências extraordinárias, ou de individualidades providenciais ou carismáticas, para o surgimento de uma era de plena felicidade espiritual e social”. Esta definição, que possui conotação milenarista⁵, atrela ao fenômeno messiânico a expectativa do novo, do inusitado, do ainda não vivenciado, daquilo que se mostra contraposto ao que existe. Em outras palavras, trata-se de uma promessa que traz consigo satisfação futura para os insatisfeitos com o presente tempo.

Outro questionamento cabível relacionado ao messianismo é o que gira em torno dos seus protagonistas, dos que o lideraram. Quem eram os “Messias”? Qual sua índole? Havia congruência entre o que discursavam e o que efetivamente praticavam?

Não se tem conhecimento de “Messias” provindos da elite, seja terratenente ou

⁴ Iavé: designação de Deus, no Antigo Testamento. Correspondente do contemporâneo Jeová, que por sua vez, é proveniente do hebraico Jeová e seria a transliteração das quatro letras YHWH, que designavam Deus, cujo nome era tido por sacratíssimo, não podendo ser pronunciado em voz alta;

⁵ Segundo Norman Cohn, autor inglês, os movimentos milenaristas estariam baseados na fé de que “chegaria um momento em que, em uma prodigiosa batalha final, o Deus supremo e seus aliados sobrenaturais derrotariam as forças do caos e seus aliados humanos, aniquilando-os uma vez por todas. A partir de então, a ordem divinamente estabelecida estaria presente de maneira absoluta: as necessidades e as misérias físicas seriam desconhecidas, não haveria nenhum inimigo ameaçador e na comunidade dos remidos reinaria uma unanimidade absoluta; em uma palavra, a ordem do mundo nunca voltaria a ser perturbada ou ameaçada” (COHN, 1996);

clériga. As lideranças messiânicas sertanejas eram de origem popular, ou seja, pertenciam ao grupo dos dominados. Não eram necessariamente brancos, como diz Euclides da Cunha, em “Os Sertões” (1902), referindo-se ao Conselheiro, visto que essa declaração se esvazia de sentido quando se constata, por parte dos sertanejos, o reconhecimento do beato “como alguém capaz de representá-los, defendê-los, orientá-los e negociar com eles o trânsito de valores [...] Entende-se a história do Conselheiro, uma história feita de negociação e astúcia, inteligência e tática” (HOORNAERT, 1997).

Além do discurso que se contrapunha à crueza da realidade vivenciada pelo sertanejo, outro elemento atuava como instigador à adesão das massas campônias ao projeto messiânico: a honestidade como traço presente na personalidade das lideranças. Ou seja, majoritariamente as lideranças messiânicas buscavam efetivar o que discursavam, sem tirar proveito próprio. Assim, excetuando-se os “Messias” vivenciadores de desvario ou travestidos de bondade, perpassava as lideranças messiânicas o desejo de realização de um novo sistema de coisas, onde prevalecesse a igualdade e as benesses fossem para todos.

Quando se afirma ser majoritário o comportamento honesto por parte das lideranças messiânicas, deixa-se espaço para que se pense ter existido “Messias” que destoassem dessa postura honesta e, por conseguinte divorciada da busca de satisfação para demandas particularizadas. Isto se revela verdadeiro, quando são observadas as ações do padre Cícero Romão Batista, o “Messias” de Juazeiro do Norte, no Cariri cearense.

Além de não ser líder de um messianismo contestatório, uma vez que mantinha relações políticas com os coronéis do Cariri cearense, o padre Cícero usava sua capacidade de persuadir as massas em benefício próprio. Dessa forma, protagonizou um messianismo que se contrapõe em características aos demais líderes messiânicos. Veja-se nas palavras de Feitosa (1983), o agir do “Messias” de Juazeiro do Norte, quando da promoção de “solução” para a desventura do miserável romeiro sertanejo:

Encaminhou levas e mais levas de fanáticos para as terras devolutas da Chapada do Araripe, onde se multiplicavam os roçados de mandioca e se inaugurou o cultivo em grande escala de maniçoba, nativa naquela região então deserta [...] medida inadequada e ruínoza. Inadequada por ser aquele planalto inteiramente desprovido de água [...] ruínoza pela devastação do que ainda restava da flora e da fauna do platô araripeano, no qual foram atirados mais de dois mil fanáticos, cujos remanescentes, ainda há pouco, criavam embaraços à campanha de despovoamento da área da Floresta Nacional, empreendida pelas autoridades do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura [...] o padre Cícero enviou à Serra levas e levas de fanáticos que trabalhavam para ele sem justa remuneração, recebendo, apenas, alimentação.

A afirmação presente na citação acima denuncia prática desonesta do padre Cícero Romão Batista, no referente a tirar proveito do carisma que exercia em relação à massa de sertanejos pobres, quíça miseráveis que acorriam ao Juazeiro do Norte em busca de sua orientação espiritual.

Todavia, mesmo com a presença do traço da desonestidade em seu agir, o

padre Cícero Romão Batista reproduzia, em suas ações com os sertanejos romeiros desprovidos de rumo vital, aquilo que se constituía elemento presente na prática messiânica, que era promover o novo, ou seja, promovia aos seus seguidores algo que, em suas realidades existenciais lhes eram desconhecido: condição de vida livre da exploração coronelística latifundiária e do descaso espiritual do clero oficial.

O discurso messiânico como resistência à exploração coronelística e ao descaso espiritual clerical oficial

Qualquer que tenha sido o momento e lugar de sua ocorrência, o discurso messiânico obteve significativa aquiescência por parte das massas ouvintes, o que fez existir, seguindo o “Messias”, levas consideráveis, em sua maioria miseráveis, que se faziam convencer, dentre outras coisas, quando comparavam o viver penoso que experimentavam (opressão política, desrespeito à individualidade e injustiça social) e o que lhes era oferecido, visto contemplar suas demandas, além de não conter os elementos promotores de dores já citados.

Em outras palavras, os “Messias” lançavam a semente da esperança no solo fertilizado pela crise. Prometiam o que o sertanejo vivenciava falta: ausência de opressão, acesso a terra, usufruto equitativo do produzido nela e a assistência espiritual cotidiana. Esse discurso messiânico é escutado e crido por muitos que, aderindo a ele, seguem o “Messias” e, assim fazendo, deixam esvaziados tanto os latifúndios (de mão-de-obra) quanto os bancos da Igreja oficial e romanizada. A declaração de Teixeira (1985), tomando-se como exemplo Canudos, corrobora plenamente com a afirmação de ser o discurso messiânico possuidor de aceitação pelas massas sertanejas

pobres, exploradas e desassistidas espiritualmente:

Vamos arribar pra Canudos. Só vejo de bem falar deste povoado que Santo Antônio Conselheiro criou nos confins da Bahia, promode dar abrigo aos pobres. Cada família tem sua casinha. Tudo que se planta e todo o fabricado é igualmente dividido entre todos [...] exploração, fome, crimes, não fazem rastro por lá. E ainda por cima, tem, toda tarde, as pregações do conselheiro.

Observa-se que exatamente o que não dispunham era o que se mostrava oferecido às massas de sertanejos pelo discurso messiânico, ou seja, são exteriorizadas propostas que se revelam opostas à realidade vivenciada e, por conseguinte ressuscita no miserável a esperança num porvir satisfatório, viabilizador da consecução do desejado e, até então, impraticável.

Fanatismo foi a nomenclatura atribuída à ação de se tornarem seguidores dos “Messias”, por parte dos sertanejos habitantes da caatinga. Todavia entender essa ação somente a partir do discurso da Igreja Católica oficial talvez satisfaça a quem transita pelo conhecimento do senso comum, uma vez que, a análise que parte somente do conceito de fanatismo, “desconhece o aspecto astuto da política dos sertanejos que, não dispondo de meios para apresentar a todos sua maneira de entender a história, encontram fios de libertação dentro do próprio tecido opressivo com que a elite procura envolvê-los” (HOORNAERT, 1997).

Exemplo da opressão vivenciada pelo sertanejo nos latifúndios coronelísticos estava ligada à produção do algodão, uma vez que, aos moradores de suas terras, os chamados “moradores de

condição”⁶, o coronel impunha-lhes uma relação de produção que, quando verificada, somente beneficiava ao próprio coronel. Veja-se, acerca dessa relação, o que diz Andrade (1973) citado por Matos et al (2020):

[...] havia incentivo aos grandes proprietários de terra para criarem gado, ao mesmo tempo em que eram estimulados a realizar o plantio do algodoeiro em parceria com os “moradores” de suas terras. Os moradores, em geral, eram obrigados a vender sua parte da produção aos proprietários das terras em que trabalhavam. Isso permitia aos proprietários aumentar seus lucros, garantindo pasto em estações secas, ao mesmo tempo em que transferiam o risco da atividade agrícola para os “moradores”, sem, no entanto, abrir mão dos lucros da colheita do algodão em anos de boas safras. Nessa relação, as perdas de safra eram convertidas em dívida, criando a dependência que os mantinha vinculados à terra alheia.

O contido na citação acima demonstra, de maneira clara, como a aparência de benesse dispensada pelo coronel aos seus moradores era, de fato, um agir previamente pensado, um meio para se obter um objetivo, uma ação social racional objetivando um fim: lucro e manutenção da força de trabalho em suas terras, à sua disposição, visto que, devendo ao coronel o trabalhador não poderia deixar o latifúndio.

⁶ Com a decadência do trabalho escravo, parte da população escravizada se interiorizou e, sem nenhuma ajuda e sem terras para cultivar, transformou-se em “morador de condição”, habitando choupanas de palha em propriedades rurais no semiárido. Eram considerados um tipo especial de assalariado pelos donos das terras, que muitas vezes trocavam trabalho por comida (ANDRADE, 1973).

Sob as vistas do coronel mandatário tudo estava em perfeita ordem. Prejuízo para si não havia, mesmo sendo o ano ruim de chuva, visto que a perda da safra era ônus dos moradores meeiros e, justaposto a isso, contava com mão-de-obra à disposição para reiteradamente explorar. Percebe-se a dominação de mãos dadas com a exploração coronelística.

Diante desse quadro, parecia não existir para os vivenciadores de malfadada sorte qualquer possibilidade de promover quebra dessa dominação exploratória. Porém, de acordo com Hoornaert (1997),

O povo do campo tem uma multissecular habilidade em “desmoralizar” os mais severos projetos elaborados para prendê-lo à obediência e submissão, feita de mil e uma artimanhas, conhecidas por todos que tem algum contanto com o meio camponês. Dessa forma, encontra um espaço de vida e identidade com o mínimo de risco de repressão.

Em outras palavras, na relação existente entre dominador e dominado existem maneiras por que o dominado reage, empreendendo resistência e esta, por sua vez, de diversas maneiras poderá vir a ocorrer, inclusive o dominado dando a entender ao dominador que aquiesce a sua dominação⁷, teatralizando, construindo para si uma fachada, como o diz Goffman (2010).

⁷ Exemplo cabal de suposta concordância com a dominação imposta pelo dominador é a dos negros africanos escravizados no Brasil, quando da imposição a eles da fé cristã católica. Os escravizados associaram os santos cristãos celebrados pelo catolicismo aos orixás do panteão africano. Assim, por exemplo, quando um escravizado, por ordem de seu senhor, ajoelhava-se diante da imagem de São Jorge, estabelecia culto a Ogum. A relação entre ambos estava no fato de serem afeitos à guerra;

Porém, não se deve pensar que a resistência à dominação / exploração somente ocorra de maneira cotidiana, silenciosa, sutil e, conseqüentemente segura, em virtude de medo da retaliação do dominador, visto que, de acordo com Hoornaert (1997), “há momentos em que a contradição fica explícita, por causa da coragem e liderança de alguém que fala abertamente, se manifesta e promove a proclamação pública do que acontece no mundo restrito da cotidianidade”. A isto Scott (1990) chama publicizar o discurso oculto. Ou seja, exteriorizar o que já existe subjetivamente.

Tornar patente o que já existe de maneira latente é, para o dominado e explorado no latifúndio coronelístico oportunizado com o surgimento do “Messias” e “é o que acontece quando o Conselheiro aparece nos povoados sertanejos sacudindo o pó de um silêncio secular” (HOORNAERT, 1997). O discurso messiânico, então, revela-se mola propulsora à ação dos, até então, supostamente concordantes com a dominação e exploração imposta pelo coronel latifundiário e anuído pela Igreja oficial romanizada, pois, segundo Hoornaert (Idem):

O momento de contato com um homem que tão claramente exprime o que todos sentem é elétrico, libera energias acumuladas desde muito. As pessoas põem-se a marchar, a se mexer. Os sertanejos tomam de repente consciência do que ficara durante gerações nas sombrias regiões entre consciência e subconsciência, pressentimento emocional e evidência racional.

Dessa forma, tomando o messianismo de Antônio Conselheiro como exemplo, a partir de 1895 os sertões nordestinos tornam-se palco de conflitos. De um lado, Conselheiro e seus seguidores; do

outro, Coronéis latifundiários e Igreja Oficial romanizada.

Trata-se de uma luta desigual, uma vez que Conselheiro e conselheiristas são despossuídos daquilo que em seus adversários sobeja: meios políticos, econômicos e sociais. Ou seja, o desequilíbrio de forças era grande, quando levada é em conta a questão estrutural. Coronéis e Clero oficial dispunham do poder econômico e institucional.

Todavia, Conselheiro e seus liderados desfrutavam de um poder que se localizava à margem da sociedade definida como ideal, que era o poder da imaginação, da fé, da habilidade e da astúcia, o poder da religião; afinal de contas, a lógica emocional da religião é mais forte do que a lógica puramente racional dos poderes constituídos e, em Canudos, o poder da religião chega a desestabilizar abertamente o sistema (HOONEART, 1997).

Dessa forma, ajuntados em torno de um discurso que lhes satisfaziam, no referente a dois elementos de significativa importância em seu ideário, terra e assistência religiosa, os sertanejos habitantes da caatinga fazem do “Messias” seu guia, deixam-se conduzir e se agrupam em lugares específicos – Canudos, na Bahia; Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, no Ceará -, onde constroem um modo alternativo de viver, quando se observam as práticas do uso coletivo da terra, das distribuições equitativas do produzido nela. Enfim, os “Messias” e seus seguidores revelavam-se ameaça ao sistema econômico-religioso. Destruí-los era iminente.

Considerações finais

Os chamados movimentos messiânicos ocorridos nos sertões nordestinos, no início da chamada República Velha ou

Primeira República (1889 – 1930), longe estão de serem meramente considerados meros movimentos de fanáticos capitaneados por líderes monomaníacos religiosos e, por conseguinte, necessitados de internamento em hospício, como afirmava o arcebispo da Bahia, em finais do século dezenove, referindo-se ao Conselheiro (BENÍCIO, 1899).

A fenomenologia messiânica precisa ser mais atentamente estudada. Necessário se faz que quem pesquisa se deixe convencer pelas fontes e diga somente o que deve ser dito, sem que seja preciso recorrer a postulados. Assim entendido, será verificado que havia nos movimentos messiânicos algo maior que a mera religiosidade. Havia um desejo de um devir diferenciado do vivido até então, por aqueles homens e aquelas mulheres que se decidiram por seguir um “Messias”.

Tão forte era a convicção dos sujeitos vivenciadores das utopias messiânicas que por elas matavam e morriam. Tão forte era o desejo de se experimentar o novo, que a organização vivenciada em comunidade funcionava como forte elemento de atração populacional. Tão forte foi a funcionalidade do sistema social e econômico messiânico, que promoveu a desestabilização do sistema latifundiário e clerical oficial. Tão forte foi o incômodo causado pelas massas messiânicas, que exterminá-las passou a ser palavra de ordem para o Estado brasileiro.

Referências

- ALMEIDA, J. F. de. **A Bíblia Anotada**: versão revista e atualizada. São Paulo. Mundo Cristão. 2000.
- ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. 3. ed. Brasília: Brasiliense, 1973.

ARRUDA, J. **Canudos, Messianismo e Conflito Social**. Fortaleza. UFC/SECULT. 1993.

BENÍCIO, M. **O rei dos jagunços** – crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos. Rio de Janeiro. Tipografia do Jornal do Comércio. 1899.

BORGES, V. P. **Que é história**. São Paulo. Brasiliense. 2006.

CARONE, E. **A República Velha**: instituições e classes sociais 1889 - 1930. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1988.

COHN, N. **Cosmos, caos e o mundo que virá**. São Paulo. Cia das Letras. 1996.

FACÓ, R. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1983.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo. Edusp. 2002.

FEITOSA, A. **Falta um Defensor para o Padre Cícero**. São Paulo. Loyola. 1993.

FERREIRA, A. B. de H. **Mini Aurélio** Século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2000.

FORTUNATO, M. L. **O conceito de coronelismo e a imagem do coronel**: de símbolo a simulacro do poder local. Campina Grande. UDUFCG. 2008.

GOFFMAN, E. **Representações do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes. 2010.

HOORNAERT, E. **Os anjos de Canudos: uma revisão histórica**. Petrópolis. Vozes. 1997.

MATOS, L. C et al. A saga do algodão no semiárido nordestino: histórico, declínio e as perspectivas de base agroecológica. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** v. 55, Edição especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens, p. 556-580, dez. 2020.

SCOTT, J. **O dominado e a arte da resistência**: discursos ocultos. México DF, México: Ediciones Era. 1990

TEIXEIRA, F. N. **Nos Tempos do Padre Cícero**. Fortaleza. Ceará. 1985.

Recebido em 2023-09-10
Publicado em 2024-08-30